

Ficção: histórias para o prazer da leitura (uma revista literária dos anos 70)

Alcmeno Bastos

Todos os inventários da ficção brasileira dos anos 70 do século XX apontam o fenômeno da proliferação do conto como traço marcante do período. Em artigo publicado na revista *Veja* de 30 de maio de 1979, com o título de “O país dos contistas”, o crítico Wilson Martins, embora ressaltando que “não data[va] dos nossos dias a enorme exuberância do conto enquanto gênero literário, na literatura brasileira”, dizia estar havendo uma “superprodução de contos”, chegando mesmo à estimativa, irônica, da existência de 10.000 contistas “redigindo febrilmente pelo país”. E no balanço que se propunham fazer da literatura dos anos 70 no Brasil, Heloísa Buarque de Hollanda e Marcos Augusto Gonçalves, em “Política e literatura”, eram taxativos: “Para além da presença sempre estimulante de Clarice Lispector e da força total com que ataca Jorge Amado, um traço parece dominar o panorama literário do momento: o desenvolvimento e até mesmo a inflação do conto” O uso dos termos “superprodução” e “inflação”, buscados no jargão dos economistas para expressar alguma inquietação com o possível excesso e conseqüente perda de qualidade do *produto*, é prova inequívoca de que os anos 70 assistiram a um verdadeiro *boom* da narrativa curta no Brasil.

Assim sendo, nada mais natural, como *retrato de época*, que o fato de haverem surgido inúmeras revistas especializadas no conto. Uma delas foi *Ficção: histórias para o prazer da leitura*, que circulou de janeiro de 1976 a setembro de 1979, quando foram editados seus dois últimos números (45/46), num único volume. Na verdade, tratava-se de um relançamento, pois com o mesmo título e formato ligeiramente diferente já tinham sido publicados dois números da revista, onze anos antes, em setembro e outubro de 1965. Os editores preferiram, no entanto, começar nova numeração. Essa nova *Ficção* pode ser considerada assim uma revista em tudo independente da antiga. E reler a coleção hoje, 25 anos passados de seu lamentável desaparecimento, é uma experiência

interessante. O que se segue é uma visita descompromissada às páginas de *Ficção*, sem rigor de pesquisa, sem recorrência a fontes externas à própria revista senão nos casos indispensáveis. Acreditamos ser proveitoso colher, com o sabor da época, a dicção editorial tal qual foi praticada pelos que se entregaram ao ofício sempre árduo de publicar ficção curta neste país.

Com exceção de alguns poucos números, a revista organizava-se em seções fixas e outras nem tanto. A distribuição da matéria privilegiava naturalmente a seção dos “Contos Inéditos”, quer também o fossem os autores, quer não, em democrática mistura de nomes já conhecidos e estreantes. Outras seções eram também apresentadas regularmente, como a de “Lançamento”, sempre de um autor, não de um conto, se bem que por motivos nem sempre especificados. Além dos inéditos, os contos, peça de resistência da revista, eram também subdivididos por seções de gênero: “Contos de Humor”, “Contos Policiais”; ou procedência: “Conto Alemão”, “Conto Espanhol”, “Conto Português” etc.; e neste último caso, uma secção mantinha-se constante: a do “Conto Hispano-Americano”. Havia ainda a secção do “Conto Selecionado” (ou “Escolhido”), com textos de autores brasileiros de nome já firmado, como Carlos Drummond de Andrade, Moacir C. Lopes, Clarice Lispector, Nélida Piñon, entre outros. Os grandes nomes do passado compunham a “Antologia”, normalmente aos pares, dois textos em cada número da revista: Gustave Flaubert, O. Henry, Katherine Mansfield, Eça de Queirós, Oscar Wilde, Bocaccio, E.T.A. Hoffmann, Franz Kafka, Camilo Castelo Branco, [Manuel de] Oliveira Paiva, Aníbal Machado, F. Scott Fitzgerald, Machado de Assis, Thomas Mann, Antonio de Alcântara Machado, Mark Twain, Aníbal Machado, Guy de Maupassant, Guimarães Rosa, Bertold Brecht e Edgar Allan Poe foram alguns deles.

A matéria não-ficcional era acolhida nas seções “Depoimento” e “Entrevista”. No primeiro caso, um dos primeiros depoimentos, e provavelmente o mais contundente de todos, bem de acordo com a combatividade do autor, foi o de João Antônio, publicado no número 4, de abril de 1976. João Antônio denunciava o “distanciamento absurdo do escritor [brasileiro] de certas faixas da vida deste País” e pregava, como tarefa a ser cumprida, o “levantamento da realidade brasileira, vista de dentro para fora”, num verdadeiro “corpo-a-corpo com a vida”. Como se sabe, esta seria a posição de

João Antonio, já então um nome de prestígio, pelo resto de sua vida. Já o número 11, de novembro de 1976, trazia o depoimento de Rômulo Paes Barreto, apresentado aos leitores como o “primeiro Agente Literário do Brasil”. Versava particularmente sobre os problemas da nova profissão e, em termos abrangentes, sobre as condições do mercado editorial no Brasil. O depoente dizia, com todas as letras, ser a favor de o livro “ser tratado em termos de marketing moderno”, como acontecia com “o carro, a geladeira, e o detergente”, por exemplo. Se verdadeira a informação, a revista flagrava o surgimento, no Brasil, de uma profissão que ainda hoje, 28 anos passados, não está de todo consolidada no meio editorial.

O brasilianista Malcolm Silverman, no número 21 (erroneamente numerado, na capa, como 22), de setembro de 1977, depunha sobre a obra de Rubem Fonseca. A rigor, não se tratava de um depoimento, mas de um ensaio crítico, relativamente longo para as dimensões da revista – onze páginas –, com todo o aparato acadêmico, inclusive notas, e afirmava a primazia de Fonseca sobre todos os autores que, antes dele, haviam tratado da “questão da sobrevivência urbana”, especialmente por causa da “aspereza” e da “acidez satírica” de sua ficção. No número 28, de abril de 1978, Antonio Houaiss depunha sobre Otto Maria Carpeaux, sobre a relevância da sua obra para a cultura brasileira, e no número 33, de setembro do mesmo ano, o “cinquentão” Antonio Carlos Villaça depunha sobre si mesmo...

Dentre as entrevistas, Marcos Santarrita, no número 27, de março de 1978, mostrava-se contundente ao rebater a desculpa de falta de tempo para escrever: “quem diz que não escreve porque não tem tempo, é porque na verdade não quer escrever, talvez não tenha o que escrever, e fica dando desculpas a si mesmo”. A questão da disponibilidade do escritor brasileiro para o ofício literário era atual em 1978 tanto quanto o é ainda hoje, a despeito do indiscutível crescimento do mercado. No número seguinte, de abril de 1978, Jorge Amado, numa entrevista que tinha o peso de um depoimento, não perdia a oportunidade de criticar a crítica, ao recomendar aos novos escritores que abandonassem “certo elitismo que marcou a geração anterior”. Somente assim, dizia Amado, conseguiriam ser “verdadeiros escritores [de que o próprio Jorge Amado seria naturalmente o exemplo mais expressivo] e não simples literatos badalados pela crítica e desconhecidos pelos leitores”. E Lygia Fagundes Telles, no

número 34, de outubro de 1978, respondia a diversas perguntas sobre sua obra, seu processo de criação, a censura, afirmando que o papel da literatura era o de “testemunhar esse mundo, mas não nas aparências, que é o mundo da burguesia”, e sim “levantar a pele desse mundo e mostrar o que está embaixo”.

Ainda no âmbito da matéria não-ficcional, com igual constância a revista trazia “Resenhas” de livros recentemente publicados. A produção ficcional da época foi, assim, objeto de avaliação crítica feita no calor da hora, sem a confortável distância temporal de que disporia o estudioso das décadas seguintes. Para se ter uma idéia da temperatura do tempo, veja-se o caso do número 1, de janeiro de 1976. Ali estão resenhados, por um feliz acaso, três livros que marcariam indelevelmente a ficção brasileira daqueles anos 70: *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca, *Confissões de Ralfo*, de Sérgio Sant’Anna, e *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, todos publicados no ano anterior.

Desde o início e até o final de sua existência, a revista teve um perfil cordial. O tom dos editoriais foi sempre de otimismo educado, não só em relação ao papel que deveria desempenhar na vida cultural do país, mas também em relação à própria literatura brasileira, especialmente no campo da ficção curta. Já no segundo número, de fevereiro de 1976, o editorial proclamava que a edição do primeiro número esgotara-se em menos de vinte dias, concluindo ter sido acertada a iniciativa de reviver a *Ficção*, que na tentativa anterior, em 1965, não passara de dois números, como já visto. No final desse primeiro ano da revista, no número 12, de dezembro de 1976, o editorial tinha tom eufórico: a revista publicara até então “narrativas de cento e oitenta autores, dos quais cento e cinquenta brasileiros, cento e vinte destes, escritores vivos”. Dizia mais o editorial: “lançamos mais de vinte autores novos”. Quanto à tiragem da revista, números também pujantes: “comercializamos, neste ano, duzentos mil exemplares, fato inédito no panorama editorial brasileiro”, o que autorizava a previsão de que, “com o apoio do leitor, tudo será possível”. O número 18, de junho de 1977, dava notícia da repercussão da revista nos Estados Unidos, transcrevendo apreciação de Malcolm Silverman, no número de março do mesmo ano na revista *Hispania*. Nas palavras de Silverman, tratava-se de “um dos esforços mais profissionais, de âmbito nacional, que se faz agora no campo do jornalismo literário brasileiro”.

O editorial reafirmava, como “ponto pacífico”, a convicção de que *Ficção* “cumpra uma função importante em nossa cena cultural”. O de número 20, de agosto de 1977, destacava, como sinal de vitalidade do mercado-leitor no Brasil, a tiragem da primeira edição de *Tieta do Agreste*, de Jorge Amado: “Cento e vinte mil exemplares”, ao preço de “CR\$ 160,00 cada”, e o fato de o concurso de contos promovido pelo Unibanco ter tido nada menos que “oito mil trabalhos inscritos”, dos quais “dez receberam prêmios que somam CR\$ 300 mil”, “o maior prêmio literário do mundo, depois do Nobel”.

O empenho dos editores (Cícero Sandroni, Eglê Malheiros, Fausto Cunha, Laura Constância Sandroni e Salim Miguel) em desenhar um cenário alvissareiro para a ficção brasileira passava ao largo da excepcionalidade que sempre fora o êxito de público de Jorge Amado, orgulhoso de não ser, como o vimos, um dos “literatos badalados pela crítica e desconhecidos pelos leitores”. Nem mesmo a ácida opinião de Wilson Martins, a que já aludimos, e que em outra entrevista, desta vez ao *Jornal do Brasil*, dissera: “o conto é o soneto do século XX”, diminuía a certeza dos editores de que o talento do escritor brasileiro estava “em franca, permanente, irresistível expansão”.

Os ventos favoráveis à narrativa ficcional curta eram de novo objeto de editorial da revista, o do número 22, de outubro de 1977. Os editores avisavam tratar-se de um número especial, “Ficção-Novela”, após haverem dedicado números anteriores ao humor e aos jornalistas-escritores. Sem hesitação, garantiam: “O conto brasileiro vive um momento de grande euforia editorial e publicitária”, com tiragens que permitiam aos autores estrear com “30.000 exemplares, ao invés dos fatídicos 1.000 ou 2.000 de antigamente”. Além do mais, diziam ainda os editores, os concursos literários haviam saído “da área estritamente cultural para interessarem a organizações industriais e bancárias”. Certamente aludiam ao concurso de contos patrocinado pelo Unibanco e, em escala menor, ao concurso de contos da Petrobrás, este restrito aos seus funcionários e do qual haviam participado 200 pessoas, como informava o editorial de número 34, de outubro de 1978. A avaliação positiva do quadro era apenas toldada pela constatação melancólica de que a área editorial, justamente ela, continuava “refratária à promoção da literatura brasileira” – com exceção do ruidoso lançamento de *Tieta do agreste* – e de que os “agentes de

publicidade, na maioria homens de letras”, também nada faziam pela divulgação da literatura brasileira. O fecho do editorial, porém, reafirmava a profissão de fé dos editores “no fôlego de nossa ficção”.

O otimismo dos editores não omitia, porém, as dificuldades. No número 7, de julho de 1976, já se queixavam os editores da escassez das verbas de publicidade, pois havia uma “barreira de incompreensão das grandes agências”. O que nunca faltara, daí a razão maior do êxito da revista, fora o apoio dos leitores. Após esse afago, os editores, educadamente, pediam-lhes [aos leitores] “um pequeno sacrifício”, pois estavam, a contragosto, “acrescentando 25% ao seu [da revista] preço de capa”. No número 24, de dezembro de 1977, que comemorava o segundo ano de existência da revista, os editores chamavam a atenção dos leitores para o fato de que a edição da revista continuava a ser “um desafio”, pois “cada número é uma luta”. Orgulhavam-se de que o nível da revista “não baixou” e de que não fizeram concessões. O editorial se fechava com a reafirmação de que a revista estava viva e entrava em 1978 “com a mesma confiança e ímpeto que sustentou em 1976 e 1977”.

Segundo os editores, a repercussão da revista entre os escritores brasileiros, sobretudo entre os novos, era invejável. O editorial do número 4 assegurava que até aquele momento, abril de 1976, já haviam sido publicados nada menos que 40 autores brasileiros, o que justificava a previsão de que até o final do ano seriam publicados “mais cem ficcionistas brasileiros”. Esse número iria num crescendo ininterrupto: o editorial do número 27, de março de 1978, marcava “a casa dos 300 escritores brasileiros publicados”, número que subiria para 500 um ano depois, conforme registava o editorial do número 32, de agosto de 1978. Para essa acolhida certamente contribuíra a política da revista de valorização do trabalho do escritor, “oferecendo remuneração a nosso ver ainda incipiente, mas que significava pelo menos três vezes do que habitualmente se pagava”, de modo a formar assim “um incipiente mercado de trabalho para o contista”, conforme diziam os editores já no número 5, de abril de 1976. Assim é que para os números especiais *Ficção Humor*, *Ficção Policial* e *Ficção Científica*, anunciados no número 10, de outubro de 1976, “às vésperas do primeiro aniversário” da revista, os contos aceitos renderiam a seus autores remuneração de 1.000 cruzeiros. Por essa época, como também informava o editorial desse número 10, a campanha de

assinaturas ia muito bem. Já chegavam “à metade do caminho para chegar às mil assinaturas”.

Esses escritores acolhidos pela revista eram, muitos deles, “inéditos que encontraram na revista uma oportunidade para mostrar sua prosa e conseguir assim um passaporte para a publicação em livro”. Publicar em *Ficção* afigurava-se, portanto, credencial para melhor acolhimento por parte dos editores de livros. Se era procedente ou não a afirmação dos editores, só uma pesquisa pormenorizada poderia dizer. Orgulhosamente, informavam ainda os editores disporem de “originais para publicar *Ficção* até o fim do ano sem repetir nomes”. A abrangência geográfica desse espectro de autores era também ressaltada, como prova do alcance nacional da revista. Segundo os editores, os escritores brasileiros, em todos os pontos do país, não formavam igrejinhas, como antigamente, “mas amplas e arejadas catedrais, onde há sempre lugar para todos”. O otimismo ia ainda mais longe: segundo os editores, no Brasil, “em termos de literatura não existe mais o esquema metrópole-província, mas sim uma paisagem geral, uniforme na sua diversidade”. Citavam, como exemplo, Elias José, que escrevia “importante obra literária em Guaxupé, sul de Minas”, e obtinha “o reconhecimento nacional sem sair de lá”. Isso muito antes das facilidades da internet...

O último número de 1978, o 36, não deixava passar em branco, é claro, o marco de três anos de existência da revista, mas a reafirmação do compromisso de “permanecer em campo, decididos a prosseguir nessa tarefa de divulgação literária”, era contrabalançada pela menção aos “problemas que surgem a cada instante”. Os editores agradeciam o apoio dos anunciantes, cuja lista completa aparecia na parte interna da contracapa, sem os quais não teria sido possível alcançar as “36 edições (quase um milhão de exemplares)” da revista. As dificuldades devem ter sido crescentes. O editorial do número 43/45, de junho a setembro de 1979, os últimos números editados da revista, voltava-se para os problemas que a revista enfrentava naquele momento. Nenhuma menção era feita ao número 42, não publicado, mas sim à “ausência de três meses”, com a ressalva de que os assinantes não seriam prejudicados, receberiam os doze exemplares a que tinham direito, “embora com atraso”. Talvez seja possível ter-se idéia dessas dificuldades se compararmos o número de anunciantes mencionados naquele número 36 – nada menos que 28 –

com o de anunciantes presentes neste número 43/45. A despeito do peso empresarial de cada um deles – Petrobrás, Light, Metal Leve, Banco do Brasil, por exemplo – apenas seis anunciantes, pouco mais de 1/5.

As verbas publicitárias parecem ter sido, ao longo dos quase quatro anos da revista, fonte de preocupação constante. No número 9, de setembro de 1976, o editorial transcrevia carta de Adolfo Aizen, diretor da EBAL, grande editora de histórias em quadrinhos, que relatava dificuldades por que já passara em três ocasiões anteriores, a primeira em 1927, a última em 1944, quando também publicara revistas literárias, e sempre por escassez de anunciantes. O problema, portanto, vinha de longa data. Ainda assim, os editores de *Ficção* garantiam que a partir daquele número a “resposta publicitária” era “mais reconfortante”.

Dentre os 500 escritores que a revista publicou em seus quase quatro anos de circulação, muitos eram, à época, tal como proposto já no primeiro número, desconhecidos do público leitor, senão inteiramente inéditos. A norma editorial era fazer preceder o conto de um breve texto de apresentação, quase sempre ilustrado com um retrato (fotografia ou desenho) do autor. Esses textos de apresentação propiciam pitoresco exercício de reconstituição histórica e são matéria interessante para os pesquisadores. O número 25/26, de janeiro/fevereiro de 1978, trazia, por exemplo, entre os Contos Inéditos, um de título “Joaquim Cordato”. Seu autor era Francisco José Costa Dantas, de quem se dizia que “fez vestibular para Letras já tardiamente, aos 28 anos” e “leciona literatura em três estabelecimentos de ensino, inclusive na Universidade Federal de Sergipe, onde é professor concursado”. Trata-se do (hoje) notável romancista Francisco J. C. Dantas, renovador do romance regionalista brasileiro, autor de *Coivara da memória* (1991), *Os desvalidos* (1993) e *Cartilha do silêncio* (1997). Os dados sobre o autor fornecidos pela editora do primeiro dos três livros confirmam, em parte, as informações da revista: “só entrou na Universidade aos 30 anos, quando já era casado e pai de uma menina”. Segundo a apresentação da revista, Dantas nasceu em 1941 e era inédito, quando da publicação do conto. Eram suas estas palavras, transcritas na apresentação em terceira pessoa: “Este é o primeiro conto que envia a um órgão de publicação”. Concluía os editores: “Pelo conto vê-se que aquele povo rude, possante, continua vivendo no autor. É que o autor

não só sabe, como tem muito o que contar.”, prognóstico inteiramente confirmado pelo tempo.

Outro registro curioso diz respeito ao número 18, de junho de 1977, que trazia um conto inédito intitulado “A morte dos marionetes”. Seu autor chamava-se Cristovam Buarque. Neste caso, diferentemente das demais apresentações, não havia qualquer dado biográfico sobre o autor. A apresentação dizia apenas que, em dezembro de 1976, a redação recebera uma carta de Washington na qual o missivista escrevera: “Há cerca de dois anos meu saudoso amigo Hermilo Borba Filho, graças a seu prestígio, fez publicar um conto meu. Publicou sem me consultar e tivemos uma briga porque eu lhe disse que não queria vincular meu nome com nenhuma aventura literária e porque ele achou que eu tinha vergonha de, sendo engenheiro, assumir o papel de escritor.” Acrescentava o autor do conto que depois viera “uma carta de Jorge Amado, insistindo que eu enviasse os contos a uma editora”. Considerando que lhe parecia “absurdo que um escritor dominical se atreva a enviar contos a editoras sem ter passado pelo teste da revista”, e apesar da relevância dos padrinhos, mandava três contos, com a observação: “Se não prestar, não precisam devolver.” O veredicto dos editores, na verdade não muito entusiástico, pelo laconismo da resposta, foi: “Os contos são bons. Eis um deles.”

Não é coincidência de nomes: trata-se, realmente, de Cristovam Buarque, ex-Ministro da Educação (2003), engenheiro mecânico pela Universidade Federal de Pernambuco em 1966, Doutor em Economia pela Universidade de Paris (Escola Prática de Altos Estudos, Sorbonne), 1973 e, a partir de 1979, Professor Titular da Universidade de Brasília. Os pruridos do então engenheiro, desejoso de não vincular seu nome a nenhuma “aventura literária”, desapareceriam com o tempo. Hoje, o também ex-governador de Brasília parece muito mais afastado da engenharia mecânica e muito mais próximo da literatura, como o provam seus romances *A ressurreição do general Sanches* (1981), *Astrícia* (1984), *A eleição do ditador* (1988) e *Os deuses subterrâneos* (1994). Talvez o adjetivo “dominical” se aplique agora ao engenheiro, não ao escritor e ao político.

No número 7, de julho de 1976, outro autor novo, de nome João Silvério Trevisan, fazia questão de dizer de si mesmo, no texto de apresentação, em terceira pessoa: “Não é parente do Dalton Trevisan”. O reparo, entre bem

humorado e orgulhoso, é hoje dispensável, pois o autor de *Ana em Veneza* e de *Devassos no Paraíso: homossexualidade do Brasil*, ensaio histórico de enorme repercussão, por motivos mais do que óbvios, é uma marca própria. Lá no distante 1976, anunciava o livro *Testamento de Jônatas deixado a David*, que deveria ser editado pela Brasiliense, como de fato aconteceu.

Também inédita, mas apenas na ficção, pois seu nome já estava firmado como ensaísta e professora de literatura, Dirce Côrtes Riedel publicava no número 20, de agosto de 1977, o conto “Embutidos”. A apresentação dizia tratar-se da “primeira incursão (ou, pelo menos, a primeira publicada da ensaísta Dirce Côrtes Riedel como ficcionista”). Comentário bem humorado apontava seu rigor crítico, que a levava a reescrever diversas vezes o conto. A apresentação se fechava com esta afirmação: “não ficaríamos surpresos se, a partir de agora, ela se ‘descubra’ como ficcionista.” Será que a professora Dirce Côrtes Riedel, que pelos anos seguintes, até seu falecimento em 2003, continuou abrilhantando o magistério e o ensaísmo brasileiros, “descobriu-se” como ficcionista?

Uma quase estréia foi a João Gilberto Noll. O número 40/41, de abril/maio de 1979, trazia o conto “Alguma coisa urgente”, de sua autoria. A apresentação pouco dizia sobre o autor: apenas que era gaúcho, que vivia no Rio de Janeiro, onde lecionava literatura brasileira, que participara da antologia do novo conto sulino *Roda de fogo*, que publicava resenhas em “jornais como *Opinião* e *Jornal do Brasil*” e que estava com um livro de contos pronto. O conto publicado na revista fazia parte desse livro. De fato, Noll estrearia no ano seguinte, 1980, com *O cego e a dançarina*, publicado pela Civilização Brasileira.

Outro contista hoje firmado, Luiz Fernando Emediato, era apresentado, no número 5, de abril de 1976, como tendo “inéditos vários volumes”, e, nota característica de época, como alguém que tivera “duas revistas extintas por problemas com a censura: *Silêncio* e *Circus*”. Emediato faria sua estréia em livro no ano seguinte, com *Não passará o Jordão*, e construiria uma carreira sólida de jornalista, editor e escritor, com destaque para *Verdes anos*, publicado em 1984. Edilberto Coutinho, que não era um estreante, era apresentado, no número 11, de novembro de 1976, com muitos louvores, mas dele se dizia que, após a estréia promissora, “com uma coletânea de contos escritos entre os dezoito e os dezenove anos”, e apesar de haver lançado outro livro, dois anos depois, aos vinte e um

anos, muito jovem – o autor nasceu em 1933 e tinha, portanto, 33 anos em 1976 –, “não voltou a publicar livros de ficção, embora alguns de seus contos tenham aparecido em diversas antologias”. Interessante também era a apresentação, no número 17, de maio de 1977, de um autor já bem conhecido à época, Roberto Drummond, de quem era publicado um conto inédito intitulado “O trem fantasma”. Além da menção aos livros até então publicados, anunciava-se, dentro do “Ciclo da Coca Cola” que Roberto Drummond propunha desenvolver, não só o lançamento próximo de um romance que efetivamente viria a constituir-se no exemplar prototípico do ciclo – *Sangue de Coca-Cola* –, como de uma peça de teatro, *Invocação à Santa Coca-Cola*, que, dizia o texto, “Elis Regina deverá montar em SP”. Apesar da promessa, não há registro de publicação dessa peça, muito menos de sua encenação, e o romance só sairia, pela editora Ática, três anos depois, em 1980.

Seria impossível rastrear a permanência de todos os “novos” de quem a revista fazia apresentações otimistas e de quem, hoje, pouco se sabe. Circunstâncias diversas certamente impediram a continuidade do trabalho de tantos que se iniciavam na ficção curta naqueles anos 70. E se, pelo contrário, persistiram eles, infelizmente não foram bafejados pela sorte. Também aqui caberia talvez uma pesquisa para saber por onde andam e o que fazem, hoje, os antigos “novos” de *Ficção*. Apenas a título de exemplo, mencionemos dois deles. Maria Olímpia Alves de Melo, premiada no primeiro Concurso Permanente de Contos da revista, apresentava-se singelamente, no número 3, de março de 1976, como “uma professora do interior, apesar da vida, ainda cheia de sonhos”. Terá persistido a professora no sonho e no amor pela literatura? De outro estreante, Luís Gonzaga Vieira, então com 40 anos, dizia-se, com sincera admiração, no número 8, de agosto de 1976, ter “prontos, três romances, dois livros de contos, uma novela e um diário, já com dois volumes”. Terão sido publicados, senão todos, ao menos alguns desses livros, ou permanecem ainda hoje inéditos?

Ao longo de seus 45 números, a revista registrou, com pesar, as perdas da literatura brasileira. O número 7, de julho de 1976, lamentava a morte de Hermilo Borba Filho. Nesse mesmo ano, em setembro, o número 9 registrava a morte de Juarez Barroso, com inusitado destaque: foto de página inteira, de um lado, e texto de Cícero Sandroni, na outra página.

O número 21, de setembro de 1977, registrava a morte, em agosto daquele ano, de dois “escritores importantes, embora sob muitos aspectos antagônicos”: Rosário Fusco, “inquieta e anárquico”, e José Geraldo Vieira, “com uma inquietação disciplinada”. O número 25/26, de janeiro/fevereiro de 1978, abria-se com o lamento pela morte de Clarice Lispector, ocorrida em dezembro de 1977. O de número 27, de março de 1978, registrava a morte de Otto Maria Carpeaux, e o de número 32, de agosto de 1978, lamentava a perda de Osman Lins.

As efemérides também mereceram registro, funcionando a revista como evocadora de algumas datas marcantes para a literatura brasileira. Os 50 anos de publicação de *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, e dos 40 anos de *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, além dos 25 anos da morte de Graciliano – estranhamente mencionados nestes termos: “Fazem, portanto, 25 anos...”, são registrados no número 28, de abril de 1978. Os 70 anos de morte de Machado de Assis (1908) e os 50 anos de publicação, “às custas do próprio autor”, de *Macunaima*, de Mário de Andrade (1928), estão no número 34, de outubro de 1978.

Publicada a revista na segunda metade dos anos 70, quando a censura ainda vigia, se bem que já se anunciavam os ventos da abertura política, é interessante ver que opiniões emitiram os editores sobre os fatos políticos. O projeto eminentemente literário de apresentar a produção dos escritores brasileiros, sobretudo os novos, e especialmente os contistas, não impediu que, vez por outra, o dado político merecesse relevância nos editoriais. No número 14, de fevereiro de 1977, o editorial informava o leitor de que “mais de mil escritores, jornalistas, professores, cineastas, músicos e artistas brasileiros” haviam mandado ao Ministério da Justiça um manifesto “pedindo o fim das restrições à liberdade de expressão”. A revista subscrevia enfaticamente o manifesto, motivado pela apreensão dos livros *Aracelli, meu amor*, de José Louzeiro, *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão, e *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, e dele reproduzia largos trechos, como este: “É necessária a revogação de atos, com efeito punitivo da atividade intelectual”. Um ano depois, no número 25/26, de janeiro/fevereiro de 1978, os editores anotavam: “1978 começou sob o signo de aberturas políticas, mas em menos de um mês foram recolhidos aos porões do Ministério da Justiça seis livros, ‘por atentados à moral e aos bons costumes’”. Desta vez a informação não vinha completa, pois não eram dados os títulos que haviam sido censurados e “recolhidos aos

porões do Ministério da Justiça”. O editorial lamentava ainda o corte de uma entrevista de Caio Fernando Abreu ao “Suplemento Literário” da *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro. Outra menção, ainda que de passagem, à censura, aparece no número 32, de agosto de 1978: noticiava-se a volta da revista *Inéditos*, de Minas Gerais, com a oportuna observação de que se tratava da “única publicação que ainda pena[va] sob o tação da censura”.

Uma constante, nesse ano de 1978, é a menção ao Sindicato dos Escritores do Município do Rio de Janeiro, com a reiteração da necessidade de vínculo dos escritores. O editorial do número 33, de setembro de 1978, noticiava a proximidade (13 de novembro) das eleições para o Sindicato e conclamava todos a votarem na chapa Unidade, encabeçada por Antonio Houaiss. Curiosamente, a revista não esclarecia se se tratava de chapa única ou se havia concorrência, pois neste último caso tornar-se-ia indispensável uma explicação sobre o posicionamento da revista a favor de uma delas. O mais provável, dado o quadro político da época, que recomendava a união de forças contra o adversário comum, o regime militar, é que se tratasse, de fato, de chapa única. Mas é também interessante notar, neste passo, como os editorialistas se esqueciam do público-alvo, o leitor comum, e se dirigiam particularmente aos seus pares. Na falta de eleições mais amplas, que interessassem ao povo brasileiro como um todo, quem sabe os editores de *Ficção* não pensassem nas eleições do Sindicato como um exercício compensatório? Um mês depois, no número 34, de outubro de 1978, no tópico 5 do editorial, a revista dava um lembrete: “Em novembro, todos os escritores têm um compromisso com a eleição no Sindicato dos Escritores do Município do Rio de Janeiro”. O engajamento da revista era ainda mais nítido no número 38/39, de março de 1979. O editorial se abria com a sugestiva frase “*Ficção* resiste”, que tanto poderia remeter às dificuldades financeiras pelas quais passava a publicação quanto a um eventual recrudescimento da censura. Em seguida, os editores previam que o ano de 1979 seria “um ano de luta pela ampliação e consolidação das liberdades e conquista de uma sociedade democrática”, e, para tanto, afirmavam ser imprescindível que os escritores, que “são a voz dos que não podem falar e o acicate crítico para os que não querem ver”, não continuassem “agindo como combatentes solitários”. Nesse quadro, avultava o papel do Sindicato dos Escritores, “tanto na defesa dos interesses específicos da profissão como para a arregimentação da categoria na luta mais geral do povo brasileiro por uma vida melhor”.

“Estamos de volta às mãos dos leitores com uma coletânea de contos de autores das mais variados estilos e tendências estéticas”. Assim, prometendo a retomada da normalidade editorial, abria-se o editorial dos números 43/45, de junho/setembro de 1979, os últimos da revista *Ficção: histórias para o prazer da leitura*. Como já dito anteriormente, nenhuma menção era feita ao fato de que não houvera um número 42, uma vez que os números 40/41 correspondiam aos meses de abril/maio, imediatamente anteriores, portanto, ao período junho/setembro. Aludia-se à parada de três meses, aos “inevitáveis e incontáveis problemas que cercam a existência de uma publicação literária como *Ficção*” e à luta travada para resolvê-los. Infelizmente, nem mesmo a promessa de que os assinantes receberiam os doze números a que tinham direito, “mesmo que com atraso”, pôde ser cumprida. *Ficção* não voltaria “às mãos dos leitores”. É sintomático dessa despedida que o Sumário não discrimine as seções, do mesmo modo como já acontecera nos números 40/41, restrita a matéria aos contos, sem entrevistas, depoimentos, resenhas, como se a edição representasse um esforço para cumprir a obrigação de chegar “às mãos dos leitores”, nada mais. Findava a década de 70 e com ela se encerrava também, naquele precário número triplo, a experiência editorial de uma revista inteiramente dedicada à ficção curta.

Bibliografia

DANTAS, Francisco J. C. *Coivara da memória*. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

FICÇÃO: HISTÓRIAS PARA O PRAZER DA LEITURA. Números 1 a 43/45, janeiro de 1976 a junho/setembro de 1979. Rio de Janeiro; Editora Ficção.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos Augusto Gonçalves. “Política e literatura”, em *Anos 70: literatura*. Rio de Janeiro: Europa, 1979-1980.

MARTINS, Wilson. “O país dos contistas”. *Veja*, 30 de maio de 1979.

Recebido em março de 2004.

Aprovado em maio de 2004.